

Análise crítica do discurso no pós-Marxismo de Laclau e Mouffe

Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe's post-Marxism

El análisis crítico del discurso en el postmarxismo de Laclau y Mouffe

Recebido em 17-03-2020

Aceito para publicação em 08-05-2020

Bob Jessop 

ORCID: 0000-0001-8134-3926

Professor de Sociologia na Universidade de Lancaster. Doutor em Sociologia pela Universidade de Cambridge.
E-mail: b.jessop@lancaster.ac.uk

292

Tradução*

Katiele Menger 

ORCID: 0000-0001-7332-1989

Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com bolsa da CAPES. Bacharela em Relações Internacionais pela mesma instituição. E-mail: katiele.menger@gmail.com

Leonardo Granato 

ORCID: 0000-0002-0337-7220

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: leonardo.granato@ufrgs.br

* JESSOP, Bob (2019), "Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe's post-Marxism". *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 2, pp. 8-30. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28400/20241>.



Resumo

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe exageram os aspectos textuais da prática social em suas reflexões pós-marxistas. Os autores desenvolveram uma descrição de práticas sociais e da coesão social a partir de termos da linguística e da teoria do discurso. Seu trabalho traz uma crescente rejeição ao economicismo e ao reducionismo de classe, e uma ênfase crescente na construção discursiva contingente e contestada da sociedade. A contingência é a pré-condição da hegemonia – o terreno em que ocorrem lutas pela hegemonia e a construção do populismo. Nesse sentido, eles substituem a noção marxista de primazia causal da economia por uma “primazia do político”. Isso leva a um anti-fundacionalismo discursivo, no qual é impossível construir uma sociedade unificada, porque todos os significados e identidades são contestados, e seus fundamentos institucionais são potencialmente reativados. O artigo conclui comparando essa exorbitação da linguagem com uma abordagem de economia política cultural mais limitada, que oferece uma “terceira via” entre estruturalismo e idealismo. Ele explora as condições que moldam a variação, a seleção, e a retenção da estruturação de sentido e de significado. Essa abordagem procura explicar por que algumas articulações discursivas são selecionadas e sedimentadas para serem contestadas posteriormente e por que algumas propriedades das instituições têm efeitos duradouros em diferentes escalas de ação.

Palavras-chave: Ernesto Laclau; Análise Crítica do Discurso; A Exorbitação da Linguagem; Hegemonia. Economia Política Cultural.

Introdução

Norman Fairclough, analista britânico do discurso crítico, enfatiza a centralidade da linguagem na ordem social. Levando isto em consideração, não se pode acusá-lo de exorbitar o discurso além do campo discursivo, pois ele salienta que “embora todos os fenômenos linguísticos sejam sociais, nem todos os fenômenos sociais são linguísticos – embora mesmo aqueles que não sejam apenas linguísticos (produção econômica, por exemplo) tipicamente tenham um elemento de linguagem substancial, muitas vezes subestimado” (Fairclough, 1989: 23). Também chamo a atenção acerca do movimento de Fairclough em sintetizar técnicas de análise de texto para se envolver com teorias sociais sobre mudanças econômicas, políticas e sociais contemporâneas (por exemplo, Chouliaraki; Fairclough, 1999). Dois bons exemplos desse engajamento são *New Labour, New Language* (Fairclough, 2000) no discurso da Terceira Via e sua dissecação crítica dos discursos da globalização (Fairclough, 2006). Portanto, sua abordagem teórico-discursiva ultrapassa a divisão entre a grande teoria e a análise fundamentada, porque seus discípulos vinculam regularmente suas análises a mudanças nas relações sociais.

Este ensaio examina o trabalho de Ernesto Laclau e sua colaboração com Chantal Mouffe, e sugere que eles exageram os aspectos textuais da prática social. Essa exorbitação da linguagem pode ser ilustrada no seguinte texto:

Por “discursivo”, não entendo nada que, em sentido estrito, se relacione com textos, mas o conjunto de fenômenos da produção social de significado no qual uma sociedade como tal se baseia. Não se trata de considerar o discursivo como um plano ou dimensão do social, mas como tendo o mesmo significado que o social... o não discursivo não é oposto ao discursivo como se estivesse lidando com dois planos diferentes, porque não há nada social que seja determinado fora do discursivo. A história e a sociedade são, portanto, um texto inacabado (Laclau, 1980a: 87).

Este “texto inacabado” é produzido através de “práticas articulatórias” contingentes. A noção de articulação implica que a discursividade (em outras palavras, o social) é sempre constituída relacionalmente, está sempre em construção, e é passível de desarticulação. A articulação também é a base da hegemonia e da construção do populismo. As “matérias-primas” dessa construção social existem como elementos discursivos polissêmicos não fixados, antes de serem articulados como momentos específicos em discursos particulares. A luta pela hegemonia é reinterpretada em termos de intervenção para articular diferentes elementos discursivos em conjuntos ideológicos mais ou menos discretos que atendem aos interesses de uma força social fundamental. Os elementos podem ser articulados para formar discursos diferentes, porque possuem núcleos de significado comuns que carecem de uma denotação totalmente determinada, e podem ser ligados conotativamente a outros elementos para produzir os significados específicos que revelam em diferentes conjuntos discursivos. O social fica, assim, localizado entre as tentativas de fixar significado e a inviabilidade final dessas tentativas. À medida que essas tentativas são bem-sucedidas, é porque certos pontos nodais (*points de capiton*) surgem no discurso como significantes privilegiados, ou princípios-chave, que limitam o “jogo do significado”. É em torno desses pontos nodais que as formas discursivas se cristalizam. No entanto, como esses pontos nodais são internos ao discurso, não fundamentados fora dele, eles são inerentemente instáveis. Por serem sedimentadas, ou seja, suas origens discursivas são esquecidas, podem ser desafiadas e repolitizadas. Os princípios-chave sempre têm o que Derrida (1988) chama de “exterior constitutivo” (*constitutive outside*), ou seja, eles excluem alguns elementos para estabelecer e estabilizar um limite, mas, ao fazê-lo, revelam a contingência de um discurso hegemônico ou dominante.

Segue-se que o significado é apenas parcialmente fixo e, dado um excedente sempre presente de possíveis significados, qualquer correção é contingente – poderia ter sido fixado de maneira diferente. Portanto, o discurso ultrapassa continuamente os limites de qualquer possível estabilização por pontos nodais (Laclau; Mouffe, 1985: 113). Paradoxalmente, essa falta de fixidez é a pré-condição da hegemonia. A contingência é o terreno, ou espaço, no qual ocorrem lutas pela hegemonia. Assim, quanto maior a contingência, maior o escopo da contestação hegemônica. Uma parte importante do argumento de Laclau é que o mundo do pós-guerra está se tornando mais contingente devido ao aumento da globalização, demandas democráticas, expansão de conflitos e antagonismos, e assim por diante.

Aqui está em jogo a relação entre significantes e significados, que, em parte seguindo o curso geral de linguística de Saussure, Laclau e Mouffe apresentam como ocorrendo inteiramente no discurso, não possuindo um referente extra-discursivo externo. De fato, tendo afirmado que todas as práticas sociais são práticas discursivas, eles ignoram seus aspectos extra-discursivos. Concluem, então, que uma explicação social adequada deve se referir a relações significantes, e não a qualquer tipo de causalidade física ou material¹. Ao exagerar a articulação discursiva puramente contingente do mundo social, eles negam vínculos legítimos entre eventos e qualidades no mundo social (Laclau; Mouffe, 1985). Em suma, eles abraçam o que Mario Bunge chamou de “acausalismo anti-determinista” (Bunge, 1961: 29). Tais afirmações ignoram a necessidade, observada há muito tempo por Max Weber (1949), de explicações adequadas ao nível da causalidade e também do significado². Em contraste, Laclau e Mouffe têm uma explicação contingente da causalidade: as coisas poderiam ocorrer de outra maneira dependendo da articulação (cf. Laclau, 2006).

¹ Laclau e Mouffe rejeitam totalmente a distinção base-superestrutura. Eles tomam essa metáfora alusiva e ilusória literalmente e concluem que ela coloca total determinação da superestrutura por uma base econômica que é totalmente auto-suficiente como causa própria (Laclau; Mouffe, 1985: 120-1, 142; Laclau, 1990: 6-14, 55; Laclau, 2005: 250). Eles ignoram significados alternativos e nunca consideram se estes poderiam ser reinscritos na análise pós-marxista.

² Enquanto Luhmann também desconfia da explicação causal, seu construcionismo operativo permite um papel regulador para o mundo real além da comunicação (Luhmann, 1995). Laclau admite isso em sua análise do populismo, na qual a realidade externa se expressa através da negação, ou seja, fornecendo uma ‘verificação da realidade’ que limita a ressonância de projetos políticos alternativos, tornando alguns mais plausíveis e atraentes do que outros (Laclau, 2005: 89, 91-96, 190-191, 201).

Os primeiros escritos teóricos do discurso

Em artigos complementares no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, Mouffe e Laclau atacaram o economicismo na análise da política e da ideologia. Essa crítica foi afirmada com mais clareza por Chantal Mouffe, nesse período, em sua revisão do conceito de hegemonia nos *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci (Mouffe, 1979). Ela esboçou três fases no movimento do economicismo para o antieconomicismo na análise política e ideológica marxista. A primeira fase foi a forma pura e clássica de economicismo, compreendendo um modelo de superestrutura de base, juntamente com a alegação de que todos os assuntos econômicos, políticos e ideológicos estavam nos temas de classe de mais baixa ordem (por exemplo, a Segunda Internacional). A segunda fase dotou os níveis político e ideológico de sua própria efetividade, mas permaneceu economicista ao traçar as origens das práticas políticas e ideológicas a assuntos intencionais de classe, cujas ações são determinadas pela evolução de uma consciência de classe apropriada à sua posição econômica (por exemplo, Korsch, Lukács). Já a terceira fase rompeu com essa visão reducionista de classe, tratando a prática ideológica como um processo *sui generis* que constitui sujeitos que não são economicamente pré-definidos nem – uma vez constituídos por meio de ideologias – têm uma classe necessária pertencente (por exemplo, Gramsci, Togliatti) (ver Mouffe, 1979: 169-178; cf. Laclau, 1977: 141-2, 158-9, 163-4; Laclau, 1980: 252-5; Laclau; MOUFFE, 1981, *passim*).

Enquanto Mouffe e Laclau prepararam juntos o terreno para uma ruptura definitiva com o economicismo e o reducionismo de classe na análise da hegemonia, elementos residuais significativos do reducionismo de classe permaneceram em seus estudos iniciais (para detalhes, ver Jessop, 1982: 191-202). Nos estudos subsequentes, Laclau e Mouffe tentaram superar esses problemas e desenvolveram uma teoria geral da constituição discursiva da hegemonia. Eles argumentam que todas as relações sociais derivam seu caráter social de sua constituição discursiva: ou seja, toda prática social se constitui à medida que produz significado (Laclau 1980a: 87). Essa abordagem tem implicações teóricas importantes para as relações entre “níveis” e para a análise da subjetividade social.

Primeiro, como o discursivo é coextensivo ao campo social e, como tal, todas as relações sociais são consideradas constituídas no e através do discurso, Laclau e Mouffe rejeitam os pontos de vista marxistas ortodoxos das relações entre base e superestrutura, nas quais a chamada

base material é vista como extra-discursiva e apenas a superestrutura seria discursiva. Assim, mesmo que se deseje reter a metáfora de “base” e “superestrutura”, ou a imagem topográfica de “regiões” de uma formação social, a unidade dessa formação, à medida que ela existe, depende da articulação contingente entre essas práticas discursivas. Logo, não deriva de uma correspondência necessária entre base e superestrutura. Neste sentido, Laclau e Mouffe reinterpretam a noção de Gramsci de “bloco histórico” em termos teóricos do discurso. Para o italiano, o bloco histórico mostra como “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, embora essa distinção entre forma e conteúdo tenha valor puramente didático” (1971: 377). Para o argentino e a belga, o bloco histórico é uma construção puramente ideológica (Laclau; Mouffe, 1985: 170; 176).

Segundo sua abordagem, nesse período inicial, implica que os sujeitos, através dos quais as relações sociais são mediadas e reproduzidas, também são constituídos por meio do discurso. Já não se pode privilegiar os sujeitos enquanto classe sobre as forças democráticas populares, nem tratar a luta de classes como necessariamente mais influente que as lutas democráticas populares. O antagonismo de classe não está inscrito nas relações sociais de produção consideradas como uma estrutura extra-discursiva, mas deriva da identificação discursiva particular dos sujeitos de classe. Isso sugere que a luta de classes é, antes de tudo, uma luta pela constituição dos sujeitos de classe antes de ser uma luta entre os sujeitos de classe. Disso resulta que o campo da intervenção política é extremamente amplo, o que deve ter implicações cruciais para a hegemonia considerada como “liderança política, intelectual e moral” (Gramsci, 1971: 57), bem como para a luta por essa liderança.

Embora essas práticas interdiscursivas não possam ser modeladas fora de conjunturas específicas, Laclau e Mouffe identificam dois modos básicos de articulação hegemônica. Num discurso da diferença, a hegemonia neutraliza os antagonismos ideologicamente constituídos, reinterpretando-os como diferenças dentro de uma vontade coletiva popular nacional. Por exemplo, antagonismos de classe inscritos nas relações de produção são transformados em diferenças de soma positiva entre os agentes econômicos que desempenham funções complementares na divisão do trabalho. Isso envolve a localização de diferenças que devem ser negociadas e comprometidas dentro de uma ampla estrutura consensual estabelecida pelo discurso dominante sobre os parâmetros da vontade coletiva “nacional-popular”. Exemplos desse discurso de diferença incluem a política “transformadora” do papel ministerial de Giovanni

Giolitti na Itália, de 1892 a 1921, e o discurso “uma nação” do político conservador britânico do século XIX, Benjamin Disraeli (cf. Laclau, 1977: 115; Laclau; Mouffe, 1985: 130).

A segunda forma de discurso hegemônico envolve a constituição de um sistema de equivalências entre diferentes posições e sujeitos. Isso pode ocorrer através de (1) uma polaridade comum que é justaposta em um dualismo irreduzível a outro polo e definido como superior a ele, ou (2) um antagonismo comum a um inimigo interno e/ou externo que deve ser derrotado para avançar cada posição particular ou assunto. Exemplos desse discurso de equivalência incluem os discursos irreduzivelmente dualistas do *apartheid* e os discursos populistas rupturais do cartismo na Inglaterra, do jacobinismo na França, do fascismo na Itália e do maoísmo na China (cf. Laclau, 2005, 2006). Essa distinção amigo-inimigo tornou-se crucial para a análise do populismo de Laclau e Mouffe.

Nesse período, os dois modos de discurso continham perigos para a classe dominante. Um discurso da diferença transforma contradições carregadas negativamente em contrariedades positivamente diferenciadas e cria as condições ideológicas necessárias para integrar diferentes subjetividades em um sistema de política democrática. Mas a classe dominante pode ir longe demais ao absorver e legitimar as demandas daqueles em posições subordinadas, para que as últimas forças possam impor seu próprio discurso dentro do aparato estatal durante as crises, de maneira a minar as capacidades neutralizadoras dessa classe. Isso pode ser visto na apropriação do discurso democrático em um discurso socialista, uma vez que é cada vez mais difícil ao capital monopolista manter tradições e instituições democráticas liberais. Da mesma forma, a classe dominante pode assimilar o “povo” em um discurso de equivalência ao seu próprio projeto hegemônico, o que é particularmente comum em períodos de crise. No entanto, ao fazê-lo, corre o risco de as forças populistas desenvolverem os elementos anti-*status quo* e anticapitalistas no discurso populista, a ponto de romper radicalmente com os interesses da classe dominante. Isso pode ser visto nas ameaças ao capital à medida que a esquerda nazista se apoia nas tradições socialistas e a esquerda fascista italiana se apoia nas tradições mazzinianas, garibaldianas e sindicalistas. Além disso, enquanto o discurso da diferença tende a ser integracionista – à medida que desarticula a organização das várias posições subordinadas em um único “povo” interpelado como o polo dinâmico de confronto com o bloco de poder – o discurso da equivalência é mais facilmente “transformado” para objetivos radicais e de ruptura, articulando o “povo” a um projeto

revolucionário, e não a um populismo de direita (Laclau, 1977: 121-2; 162-3; 1980a: 90-3; 1980b: 255-8; Laclau; Mouffe, 1980: 20-2).

Embora esses argumentos ainda estivessem sendo desenvolvidos (ver Laclau; Mouffe, 1985), suas principais implicações são claras. Primeiro, se todos os vários “níveis” ou “regiões” de uma formação social são constituídos através do discurso e são passíveis de transformação através de forças que são igualmente constituídas, devemos substituir a noção marxista de primazia causal da economia por uma “primazia do político” (Laclau; Mouffe, 1981: 22). Isso significa que a relação capital é tanto um campo de luta quanto as regiões políticas e ideológicas, e que suas chamadas “leis do movimento” não são governadas por uma “lógica do capital” extra discursiva. Em vez disso, o movimento da economia depende da articulação hegemônica contingente em uma dada sociedade (*ibid.*).

Segundo, como qualquer sociedade é caracterizada por uma vasta pluralidade de sujeitos que não precisam se identificar como sujeitos de classe, a hegemonia deve ser vista em termos da articulação discursiva de diferentes sujeitos. Assim, para que a classe dominante ou a classe trabalhadora contestem o papel de “liderança política, intelectual e moral”, isso deve depender de suas respectivas habilidades para desenvolver um projeto político reconhecido por outros sujeitos da sociedade como essencial para realizar seus próprios interesses particulares. Além disso, requer uma “ideologia orgânica” que possa servir como um quadro de referência ideológico compartilhado, no qual uma pluralidade de sujeitos possa redefinir e negociar alianças para avançar nesse projeto (cf. Laclau; Mouffe, 1981: 21-22).

Isso levanta a distinção crucial entre “hegemonia política” e “ideologia orgânica”. Não há dúvida de que a liderança política é conquistada ou perdida no contexto de “reforma intelectual e moral”. Mas existe o perigo de que a “hegemonia política” e a “ideologia orgânica” sejam confundidas. Embora o desenvolvimento de um cimento ideológico apropriado seja o campo por excelência da criação de significados compartilhados, senso “comum”, etc., a liderança política trabalha com esses significados de várias maneiras para gerar projetos particulares ou programas populares nacionais que requerem recursos específicos, iniciativas políticas, formas de mobilização, etc. Não se pode reduzir o fascismo ou o nazismo como projetos hegemônicos ao papel do “corporativismo” e da “raça” enquanto princípios hegemônicos (Laclau, 1977: 120-2). Eles também envolveram programas de ação política bastante específicos, projetados para promover objetivos de classe e “nacionais-populares” específicos. Além da “reforma intelectual e

moral”, os movimentos fascistas precisavam reorganizar os aparatos estatais italiano e alemão para implementar seus projetos de regeneração nacional.

Finalmente, uma abordagem teórico-discursiva ao longo dessas linhas iniciais levanta questões sobre os limites da hegemonia. Embora Laclau e Mouffe notem que existem condições específicas de produção e recepção de práticas discursivas, não há tentativa de teorizar essas condições além da afirmação de que elas devem ser consideradas como outros discursos (Laclau, 1980a: 87). As condições de recepção são quase totalmente ignoradas. No entanto, como o próprio Gramsci teve o cuidado de observar, há um mundo de diferenças entre ideologias historicamente orgânicas e ideologias arbitrárias, racionalistas ou “voluntárias” (Gramsci, 1971: 376-7). Além disso, por mais plausível que um determinado projeto hegemônico possa parecer em termos de sua articulação pretendida de assuntos e demandas de classe e não-classe, ele só se tornará “diretivo” à medida que forças estrategicamente significativas o apoiem e fontes prováveis de resistência sejam neutralizadas.

A hegemonia e a lógica do social

300

Em seu trabalho principal, *Hegemonia e Estratégia Socialista*, Laclau e Mouffe construíram essas observações anteriores e concluíram que o conceito de “hegemonia” introduzia uma nova lógica social que é incompatível com as premissas básicas do marxismo tradicional (Laclau; Mouffe, 1985: 3). Mais precisamente, sua abordagem pós-marxista dessa “lógica” do social exigia que eles repensassem o significado da hegemonia, juntamente com algumas outras suposições básicas do marxismo. Os referidos autores usam o conceito de hegemonia de maneira tão vaga e o aplicam tão amplamente que é difícil diferenciá-lo de conceitos mais inclusivos, como discurso, social e político. As premissas básicas que eles alegam serem subvertidas por essa nova lógica são: (1) a priorização classista do papel do proletariado como agente de mudança fundamental; (2) a visão estatista de que o Estado é o local crucial para implementar mudanças radicais e que suas atividades devem ser ampliadas; (3) a afirmação economista de que uma estratégia econômica bem-sucedida também garantirá os efeitos políticos desejados; e (4) o argumento de que deve haver uma revolução que concentre o poder para que a sociedade possa ser “racionalmente” reorganizada (Laclau; Mouffe, 1985: 177). A essas quatro premissas, eles contrapõem a lógica do social, ou seja, a afirmação de que o social tem um caráter aberto e não

garantido e que nem seus elementos nem sua totalidade têm necessidade pré-determinada. A abordagem deles implica que o social não tem essência positiva: ele tem apenas uma “essência negativa” que consiste em sua abertura essencial.

Nesse sentido, *Hegemonia e Estratégia Socialista* parte da afirmação de que as relações sociais só podem ser diferenciadas em termos dos discursos específicos que lhes conferem significado. Em tal contexto, os autores afirmam que os discursos incluem mais do que a linguagem: eles também envolvem práticas materiais. De fato, eles insistem que a articulação não deve ser reduzida à pura articulação linguística, mas deve penetrar na materialidade das instituições, rituais e práticas através dos quais uma prática discursiva é estabelecida (Laclau; Mouffe, 1985: 109). Eles então fazem uma distinção entre o campo geral dos campos interdiscursivo e específico constituído por práticas discursivas particulares. O campo geral do interdiscursivo é uma série complexa de “elementos” disponíveis para integração em discursos específicos. Os últimos fixam o significado desses elementos em relação a um sistema discursivo geral e, assim, os transformam em “momentos” relativamente fixos nesse discurso. Mas eles também argumentam que nenhum discurso pode fixar totalmente o significado desses momentos – há sempre polivalência e um excesso de significado e, portanto, um potencial de articulação com outros discursos (Laclau; Mouffe, 1985).

Essas reflexões gerais têm implicações óbvias para a sociedade. Por um lado, é impossível conceber uma formação social totalmente fechada em si mesma e com identidade própria. Mesmo que as identidades individuais e as relações microssociais sejam instáveis, é difícil pensar como uma sociedade totalmente suturada poderia existir. Mas isso não significa que a sociedade seja totalmente impossível (Laclau; Mouffe, 1985: 110-13, 122, 127). Dado que partes são meramente elementos não totalmente fixados, e que podem ser articuladas de maneiras diferentes, podem existir relações entre elas, com o resultado de que as sociedades são constituídas tendencialmente como um conjunto de efeitos totalizadores em um complexo relacional aberto (1985: 103). De fato, sem fixação parcial, nenhuma diferença seria possível: também deve haver pontos nodais ou pontos de referência privilegiados para a articulação. A sociedade existe apenas como tentativas de realizar o impossível, de produzir fixação apesar da discursividade.

A sociedade nunca consegue ser idêntica a si mesma, pois todo ponto nodal é constituído por uma intertextualidade que a transborda. A prática da articulação consiste, portanto, na

construção de pontos nodais que fixam parcialmente significado; e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultado, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (Laclau; Mouffe, 1985: 113).

Como nem seus elementos individuais nem sua articulação geral podem proporcionar um momento fundamental para a totalidade social, Laclau e Mouffe insistem que a identidade social depende do padrão contingente de articulação hegemônica em um sistema social instável. Eles definem articulação como qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos, de forma que sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória. Por sua vez, esvaziando o “discurso” de suas conotações linguísticas habituais, eles simplesmente o definem como uma totalidade estrutural ou relacional resultante da articulação (1985: 113). Nesse sentido, difere um pouco do conceito de prática social. De fato, Laclau e Mouffe insistem que a articulação não deve ser reduzida à pura articulação linguística, mas deve penetrar na materialidade das instituições, rituais e práticas através das quais uma prática discursiva é estabelecida (1985: 109). No entanto, eles têm pouco a dizer sobre essas instituições, rituais e práticas, exceto para interpretá-las como práticas discursivas sedimentadas.

O vínculo com a hegemonia é estabelecido por meio de um conceito ampliado do político. A análise dos autores aponta que a política ocorre em toda e qualquer parte em que haja contingência. Não existe superfície que não seja constantemente subvertida por outros e, portanto, não há espaço político único e claramente demarcado (Laclau; Mouffe, 1985: 179-81). O discurso político (ou hegemônico) opera, assim, em um campo de elementos relativamente abertos que ainda não foram tão sedimentados que podem ser reproduzidos apenas através da repetição, e não da articulação contínua. Nesse sentido, ele não pode ser localizado no Estado ou em qualquer outro centro de poder (ou “ponto nodal”), mas ocorre em todo o campo da discursividade. Alguns pontos nodais podem se tornar o ponto focal de muitos efeitos totalizadores, mas, como uma sociedade unitária é impossível, nenhum centro hegemônico pode surgir. De fato, dado que sempre existe uma pluralidade de centros de poder que coexistem em contextos relacionais e conjunturais específicos, qualquer um deles é sempre limitado em sua efetividade por outros pontos nodais (1985: 139; 142-3). Há certa ambiguidade aqui, à medida que a força hegemônica pode garantir sua hegemonia apenas distinguindo relativamente seu discurso hegemônico dos discursos que estão sendo hegemônizados. Se seu discurso não fosse distinto, não haveria campo de diferenças a ser hegemônizado; se fosse totalmente distinto, no

entanto, a hegemonia seria impossível, e o discurso hegemônico iria apenas coexistir ao lado de outros (1985: 134-5). Nesse contexto, a instabilidade nas fronteiras socialmente constituídas que dividem forças antagônicas são fatores básicos para o estabelecimento da hegemonia, pois elas fornecem o material sobre o qual um discurso hegemônico pode operar. Na ausência de antagonismo, talvez pudesse haver uma reorganização burocrática de elementos – mas não hegemonia. Mas, se as fronteiras resultantes fossem fixadas, elas não poderiam ser rearticuladas através de um discurso hegemônico. Em vez disso, só poderiam ser conectadas através de uma cadeia simples de equivalências, nas quais diferentes posições eram tratadas como equivalentes em seus efeitos políticos (1985: 136).

Ao argumentar que a sociedade é impossível, Laclau e Mouffe não descartam a possibilidade de projetos parciais e provisórios de “totalização”. Uma formação social pode se tornar uma totalidade à medida que um discurso hegemônico pode estabelecer fronteiras claras, construindo uma cadeia de equivalências que distingue o que está além da formação hegemônica como seu outro (antagônico) (1985: 143-4; 292). Como existe uma multiplicidade de lógicas sociais que devem ser constantemente rearticuladas e renegociadas, no entanto, não há um ponto final no qual um equilíbrio seja alcançado definitivamente (1985: 188). A sociedade tenta construir sua identidade com base na (e em face da) multiplicação de espaços sociais e da diversidade de instituições, e repousa no compromisso, na precariedade de todo antagonismo e na opacidade de todas as relações sociais (1985: 191-2).

Laclau e Mouffe argumentam que é “impossível” uma sociedade ser ela mesma, com identidade própria e fechada em si mesma (1985: 127). Ao desenvolver esse argumento, eles afirmam estar indo além da positividade, ou seja, negar que qualquer identidade social possa ser uma identidade completa e auto constituída. Toda identidade social é constituída por uma diferença da qual nunca pode distanciar-se completamente ou se separar. Não há identidade social “totalmente protegida de um exterior discursivo que a deforma” (Laclau; Mouffe, 1985: 111). No nível macro, isso significa que a sociedade é inteligível em termos de relações contingentes entre suas instituições, formas organizacionais e agentes, produto de uma articulação hegemônica que estabelece fronteiras em oposição a outras relações sociais. Assim, uma formação social com um princípio determinante único é simplesmente impossível. De fato, embora exista uma lógica discursiva do social, a própria sociedade não é (e nunca poderia ser) um objeto racional e inteligível (Laclau; Mouffe, 1985: 254).

Além disso, se as únicas propriedades que as entidades (além da existência abstrata) têm são os produtos de práticas discursivas, Laclau e Mouffe poderiam afirmar ter descoberto a pedra filosofal. Seguindo sua lógica, era possível transformar discursivamente o metal base em ouro ou convencer aqueles que riam das belas roupas novas do imperador de que ele realmente as usava. De fato, como eles próprios insistem em responder a uma crítica de Norman Geras (1987), a função de uma pedra como projétil é claramente discursiva (Laclau; Mouffe, 1985: 82-85). Pode-se acrescentar, embora não o tenham feito, que são suas próprias propriedades inerentes (ou necessidades naturais) que tornam uma pedra um projétil melhor para alguns propósitos do que o algodão. Além disso, deixe-me notar que não são apenas os objetos “naturais” que têm essas qualidades objetivas, pois os fenômenos “sociais” também têm muitas propriedades e tendências emergentes que lhes dão capacidades e responsabilidades distintas cuja existência pode não ser reconhecida, mas que ainda exerce uma poderosa influência na vida social. Não devemos permitir que uma rejeição bastante legítima da chamada “metafísica da presença” nos conduza pelo caminho escorregadio em direção a uma negação de que, à medida que os fenômenos sociais existem, eles possam ter propriedades, poderes e responsabilidades definidos que se reproduzem à proporção que esses fenômenos são reproduzidos.

No entanto, existe um “traço” derridiano neste construtivismo, uma vez que Laclau também sugere que o real é a “margem inatingível” que limita e distorce a constituição discursiva do objetivo. Acrescenta, outrossim, que há uma assimetria intransponível entre o real e o conceito: “o real, portanto, só se mostrará na distorção do conceitual” (Laclau, 1988: 17-18). Isso sugere que as propriedades das entidades (não apenas as entidades no abstrato) penetram no campo conceitual. Isso indica o confronto entre proposições teóricas e evidenciais, sendo estas produzidas por meio de uma intervenção no mundo real e que, portanto, contêm sua impressão de maneira que não são diretamente conhecidas. Além disso, a menos que se aceite essa visão, noções como experiência e aprendizado não teriam sentido e seriam meramente solipsistas e auto referenciais. Nem Laclau e Mouffe querem ir tão longe e, se quisessem, tornaria insensato o argumento de Laclau de que o reducionismo de classe era plausível no tempo de Marx, porque as categorias de luta de classes e de classe “correspondiam suficientemente bem ao que estava ocorrendo no campo de sua experiência histórica e política” (Laclau, 1988: 24). Mas, se aceitarmos esse “realismo construtivista”, devemos considerar como o real passa a ser “presente” e “ausente” no discurso e o que isso implica em experiência, aprendizado e conduta estratégica.

De fato, Fred Mouzelis sugere: “devido ao seu medo excessivo de reificar estruturas institucionais, Laclau e Mouffe vão a outro extremo e analisam práticas em um vácuo institucional” (Mouzelis, 1988: 116). Quase parece que eles hesitam em atribuir à realidade condições socialmente não reconhecidas, propriedades evolutivas emergentes e consequências imprevistas de práticas discursivas, que preferem focar na psicodinâmica da mobilização hegemônica e na constituição discursiva de interesses e identidades do que eles próprios verem como referente empírico da sociedade, a saber, indivíduos (Laclau; Mouffe: 1985).

Também foi sugerido que, ao descartar a distinção entre instituição e agência, Laclau e Mouffe criam mais problemas do que resolvem. Como observa Mouzelis, ou eles devem contrabandear complexos institucionais sem reconhecer isso e, portanto, falham em conceituar como eles facilitam e restringem a ação; ou eles devem ignorar consistentemente as instituições e, assim, deixar de lidar com a constituição, persistência e transformação a longo prazo das formações sociais globais (Mouzelis, 1988: 113). Deste modo, eles concentram seu fogo crítico na reconstrução do conceito de hegemonia e mostram como as práticas articulatórias constantemente constroem e desconstroem identidades próprias, posições de sujeitos, pontos nodais, espaços sociais e políticos, e assim por diante. Mas as condições de existência de tais práticas, sustentadas e limitadas pelas estruturas institucionais mais permanentes, nunca são explicitadas.

O mais próximo que Laclau e Mouffe chegam de delinear um contexto geral de práticas articulatórias e posições de sujeitos é em suas conversas sobre “formações discursivas” e no “campo da discursividade” mais geral. Mas essas noções são tão vagas e inadequadas para lidar com as complexidades institucionais da sociedade moderna que os dois autores não as usam de maneira sistemática e séria. De fato, quando obrigados a se referir às amplas características das formações capitalistas e suas transformações de longo prazo, elas revertem, como Norman Geras corretamente apontou (1987), para conceitos marxistas convencionais como exploração, mercantilização, processo de trabalho, sociedade civil, periferia capitalista etc., e até o temido conceito de “sociedade” de tempos em tempos! Como os conceitos acima, que Laclau e Mouffe usam livremente, estão conectados à análise do discurso? A conexão nunca é esclarecida, e a lacuna entre os dois tipos de conceitos cria um dualismo muito mais flagrante do que o encontrado nos textos marxistas que eles veementemente criticam (Mouzelis, 1988: 114-5).

Ao contrário do realismo vazio de Laclau e Mouffe, há um escopo genuíno para uma investigação transcendental tanto sobre o mundo real em geral (sua estratificação, sua complexidade interna), quanto sobre entidades específicas (que elas existem, possuem propriedades naturais específicas, são caracterizadas por poderes e responsabilidades, manifestam tendências, etc.). Embora não tenhamos acesso direto a essas propriedades, elas são restritivas e facilitadoras em relação a outras entidades e são indiretamente acessíveis ao conhecimento. Às vezes, parece que Laclau concorda com esse último ponto quando apela à experiência para explicar seu próprio desenvolvimento político (Laclau, 1988: 12-3) ou avança na afirmação mais geral de que a plausibilidade do conhecimento é indicada por sua “verossimilhança” (Laclau; Mouffe, 1987: 102).

Outro problema colocado na análise do discurso é a ligação micro-macro. Apesar de sua pretensão de ser uma análise universal, a teoria do discurso tende a se concentrar em sujeitos, formação de identidade e questões relacionadas (cf. Rosenthal, 1988). No entanto, à medida que se move da interação socialmente amorfa entre os indivíduos em “breves encontros” por meio de uma conduta organizacional e de grupo mais estruturada, para a configuração de ordens institucionais e o surgimento tendencial de “efeitos da sociedade”, se afasta cada vez mais das relações sociais que podem ser prontamente analisadas em termos de subjetividade individual. Ao lidar com o macrocampo, devemos levar em conta novos tipos de articulação, como o acoplamento estrutural entre ordens institucionais em evolução que fazem parte da “ecologia social” um do outro; a lógica distintiva das organizações; padrões de seletividade estratégica; e os constrangimentos estruturais implicados nas condições de existência. Essa lista não é exaustiva: seu objetivo é simplesmente sugerir que há mais na vida social do que discurso ou práticas subversivas. Talvez, não exista nada que exclua inerentemente uma abordagem teórico-discursiva de momentos do social, mas até agora eles foram negligenciados por seus principais praticantes. Um indicador significativo disso é o fracasso passado de Laclau e Mouffe em sugerir mecanismos institucionais ou formas organizacionais específicas que possam sustentar o tipo de democracia radical e plural que eles advogam com tanta paixão. Confiar puramente no poder de persuasão de um discurso hegemônico inerentemente instável carrega pouca convicção.

Ambos os autores argumentam que a formação social é o produto incompleto de práticas articulatórias contingentes (cf. Laclau, 1988: 15). Sua unidade relativa (se houver) não é o produto necessário de um único princípio essencial (uma “causa sem causa”, isto é, um

fundamento apodítico). A sociedade resulta de uma correspondência emergente, provisória, instável e desnecessária entre diferentes elementos sociais. Laclau e Mouffe insistem que essa correspondência é construída discursivamente: não é logicamente necessária nem apenas empírica. Ao focar na articulação discursiva (ou seja, significativa), Laclau e Mouffe ignoram os vários aspectos não intencionais e imprevistos da ordem social. Assim, sua abordagem é unilateral.

Essa unilateralidade reflete-se na explicação de como a ordem social passa a ser articulada. Com efeito, eles reduzem isso às formas específicas de articulação dos sujeitos em termos de suas identidades (interpelação) e da construção de cadeias de equivalência entre identidades e interesses. Nesse contexto, Laclau e Mouffe se concentram no discurso politicamente eficaz, onde isso se refere à efetividade na mobilização política. Além disso, mesmo aqui eles negligenciam as condições de recepção do discurso em favor dos mecanismos discursivos de sua produção; onde discutem questões de recepção, o fazem em termos de uma “falta” psicológica recorrente e insaciável (cf. Lacan). Assim, o apelo de um projeto hegemônico é efetivamente reduzido à sua importância para a psique individual – sua capacidade de estabelecer um elo entre a lógica do social e a lógica do inconsciente (Laclau, 1987: 333; cf. Žižek, 1990). Isso não marca nenhum avanço real no apelo de Poulantzas aos “instintos de classe” (Poulantzas, 1975: 16-7) ou no recurso de Foucault aos “espíritos plebeus” e, à medida que se refere apenas à psique individual, não oferece mobilização coletiva.

307

Teoria do discurso e economia política cultural

Se válida, a abordagem pós-marxista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe representa um desafio fundamental à economia política cultural (EPC³) – sobre a qual, ver Sum e Jessop (2013). Individualmente e juntos, eles desenvolveram um conjunto coerente de ferramentas linguísticas e analíticas do discurso para analisar a política e a hegemonia, e fornecer uma lógica teórica para uma democracia pluralista radical que rompe decisivamente com o economicismo e o reducionismo de classe.

Embora essa equação do social e do discurso seja uma reivindicação ontológica fundamental, ela é apresentada como antifundacional e antiessencialista. Isso certamente é útil

³ Nota dos tradutores: CPE corresponde à sigla em língua inglesa de *Cultural Political Economy*.

para criticar a “economia política dura”, isto é, a naturalização e fetichização das relações econômicas e políticas como fatos objetivos da vida social. Essa posição também expande amplamente a contingência histórica e, portanto, o escopo dos agentes e estratégias para fazer a diferença. No entanto, isso ignora as especificidades emergentes e *path-dependent* de várias ordens institucionais e suas formas de articulação em favor de uma ontologia pan-politicista que insiste na possibilidade permanente de reativação de estruturas sedimentadas. Isso introduz outra forma de essencialismo e reduz o social à política, de modo que todo espaço social seja efetivamente contestado politicamente ou, embora “sedimentado” (isto é, estabilizado, naturalizado), possa ser reativado politicamente (Laclau, 2005: 154). Também, vai além de uma afirmação sobre a primazia do político (que depende da existência de regiões ou esferas extrapolíticas) para dissolver qualquer distinção ontológica entre o campo político e outros (cf. Norris, 2006). Ainda, isso é feito com base no fato de que essas diferenças são constituídas semanticamente e que seus limites são inerentemente instáveis. Presumivelmente, isso também vale para quaisquer efeitos estruturantes extradiscursivos emergentes de tais distinções semânticas. Esse antifundacionalismo ontológico e epistemológico leva Laclau e Mouffe a abandonarem qualquer explicação crítica e eficaz das relações entre semiose e estruturação em um mundo social além do discurso. Nesse sentido, corre o risco de se tornar uma “sociologia econômica branda” (ver Quadro 1).

Quadro 1

EPC entre o construtivista Charybdis e o estruturalista Scylla

Construtivista Charybdis	Estruturalista Scylla
Compreende a construção semiótico-material das relações sociais, revela sua incorporação social e observa o desenvolvimento da semiose	Compreende a <i>distinção</i> de categorias econômicas específicas e sua natureza estruturada / estruturante em formações sociais mais amplas
Entretanto, acha difícil definir a especificidade das relações econômicas em relação a outras relações – porque elas são igualmente de caráter discursivo	Entretanto, reifica essas categorias, considera as estruturas econômicas como naturais e vê os agentes como meros <i>Träger</i> (portadores passivos) da lógica econômica
Forte risco de idealismo, definindo relações econômicas em termos de seu <i>conteúdo semiótico manifesto</i>	Forte risco de determinismo econômico, explicando os processos econômicos em termos de <i>‘leis do ferro’</i>
<i>‘Sociologia Econômica Soft’</i>	<i>‘Sociologia Econômica Hard’</i>

Fonte: Sum e Jessop (2013: 81).

O impacto de seu trabalho dependia de uma conjuntura política e teórica específica, quando o marxismo clássico estava em mais uma crise e forneceu um realce conveniente para sua virada linguística (discursiva) pós-marxista. Essa virada foi mais uma extensão temática da linguística pós-estruturalista para um terreno em que os discursos teóricos e políticos democráticos marxistas e liberais dominavam anteriormente. Isso é evidenciado pelo fato de que a maioria dos conceitos empregados por Laclau e Mouffe são emprestados de outras correntes teóricas. “Discurso”, “análise do discurso”, “momento”, “genealogia”, “articulação” e “regularidade na dispersão” são todos derivados de Foucault. “Significante flutuante”, “significante vazio”, “sobredeterminação”, “sutura” e “ponto nodal” são extraídos da psicanálise freudiana e lacaniana e do trabalho do psicanalista e politólogo esloveno *enfant terrible*⁴, Slavoj Žižek. “Paradigma” e “Sintagma” vêm de Saussure; “Sedimentação” da fenomenologia; e Derrida fornece “indecidibilidade”, “desconstrução”, “lógica da suplementação” e “estruturas nunca totalmente fechadas” (cf. Andersen, 2003: 48-9). Não há apropriação sistemática paralela, rearticulação e recontextualização de conceitos da economia política ou das ciências sociais críticas de maneira mais geral. Em vez disso, onde é feita referência a fenômenos nesses domínios, eles são introduzidos a partir de linguagem comum ou observações sociais científicas leigas e empregados de maneira *ad hoc*. Para que essas observações não sejam mal compreendidas, não me oponho à apropriação e recontextualização de conceitos de outras disciplinas ou correntes de pensamento – isso faz parte do processo normal de desenvolvimento científico. Minha crítica tem dois objetivos: primeiro, esses conceitos são privados de seus referentes externos; e segundo, os empréstimos são assimétricos – concentrando-se exclusivamente no momento semiótico, e não estrutural, das práticas sociais e seus efeitos emergentes.

Como esses conceitos são emprestados, é mais fácil separá-los de sua implantação centrada no discurso e recontextualizá-los na economia política cultural. Três conceitos especialmente úteis são: sedimentação, suturas e pontos nodais.

- Sedimentação refere-se, em um contexto husserliano (1954 [1936]), à naturalização e institucionalização das relações sociais, que ocorrem à medida que suas origens são

⁴ Nota dos tradutores: Optou-se por manter a expressão em língua francesa, conforme utilizada no original, que refere a pessoa famosa ou bem-sucedida que gosta de chocar a outras pessoas.

esquecidas, de modo que são reproduzidas através de repetições tediosas e não de articulações deliberadas (Laclau, 2005: 154; cf. Torfing, 1999: 69-71; Glynos; Howarth, 2007: 116). Isso pode ser revertido através de uma nova articulação hegemônica que desconstrói, repolitiza e rearticula relações sedimentadas.

- O conceito de sutura (Miller, 1966) refere-se à natureza inevitavelmente temporária das tentativas de unir diferentes elementos e relações, apesar de suas diferenças e distinções. Consistente com suas conotações metafóricas, uma sutura é uma correção de curto prazo que provavelmente se dissolverá. Essa metáfora pode ser aplicada de outras maneiras às correções sociais, semânticas, institucionais e espaço-temporais, que são conceitos-chave no EPC.
- Os “pontos nodais” são centros provisórios e instáveis que emergem do fluxo primordial das relações sociais para fornecer pontos de referência temporários. Tais pontos operam na articulação contingente das relações sociais e nas tentativas de suturá-los em conjuntos sedimentares relativamente estáveis.

Dado seu pan-politicismo, Laclau e Mouffe insistem que o poder não pode ser localizado no Estado ou em algum outro centro de poder, mas ocorre em todo o campo da discursividade. É claro que esse argumento é familiar da crítica de Foucault à teorização centrada no Estado e sua ênfase na micropolítica do poder (Foucault, 1980; 2008). Para Laclau e Mouffe, segue-se que a hegemonia é “flutuante” e deve ser articulada em todos os lugares e em todas as direções (1985: 139). Além disso, como sempre há uma pluralidade de centros de poder, qualquer um deles será limitado em sua eficácia pelos outros (1985: 139; 142-3). Esse argumento é importante, mas pode ser estendido além do discurso para aparelhos nodais, dispositivos⁵, pontos de cristalização ou onde os princípios dominantes da formação e dominação da sociedade estão ancorados.

Isso gera uma abordagem arbitrária do mundo social que ignora as condições de ação não reconhecidas, bem como as muitas e variadas propriedades emergentes da ação que passam despercebidas ou mal reconhecidas pelos atores relevantes. Ignora também as lutas para

⁵ Resumindo e procurando injetar alguma coerência nas reflexões sistemáticas, porém amplamente consistentes, de Foucault sobre dispositivos, sugiro a seguinte (re)definição estendida: um dispositivo compreende um conjunto ou junção, orientado a problemas, constituído de: (1) um aparelho distribuído, composto por instituições, organizações e redes; (2) uma ordem de discurso, com correspondentes tematizações e objetivações; (3) diversos dispositivos e tecnologias envolvidos na produção de energia / conhecimento; e (4) posições de sujeito e subjetivação (cf. Sum; Jessop, 2013: 208).

transformar as condições de ação e modificar as propriedades emergentes (e seus efeitos de *feedback* no mundo social). Ainda, é instigado pela vacuidade voluntarista de certas linhas de análise do discurso, que parecem implicar que os agentes podem fazer existir praticamente tudo em, e através de, um discurso adequadamente articulado. O que bloqueia esse voluntarismo é a existência de discursos concorrentes.

A EPC oferece uma “terceira via” entre um Scylla estruturalista e um Charybdis construtivista. Rejeita a fusão de discursos e práticas materiais e o “discurso-imperialismo” mais geral que influencia a teoria social há três décadas. Explora, também, a dialética das características extra semióticas emergentes das relações sociais e o papel constitutivo da semiose. Em particular, aplica uma abordagem evolutiva consistente ao discurso, bem como ao institucionalismo. Explora ainda as condições de existência de variação, seleção e retenção no sentido – e na criação de significado e na estruturação. Por fim, procura explicar por que algumas articulações discursivas são selecionadas e se tornam sedimentadas para serem contestadas posteriormente, assim como por que algumas propriedades das instituições têm efeitos duradouros em diferentes escalas de ação – ver Sum e Jessop (2013).

Uma consequência dessa abordagem de EPC é que a economia não pode ser adequadamente concebida (muito menos gerenciada) como uma esfera econômica “pura” que se reproduz em total isolamento do não econômico e, portanto, pode determinar esferas não econômicas de maneira unilateral. Pelo menos algumas dessas condições e forças extraeconômicas devem ser integradas às estratégias econômicas para torná-las viáveis. As operações da economia são co-constituídas por outros sistemas e coevoluem com eles: incluem tecnologias, ciência, educação, política, direito, arte, religião e assim por diante. Eles também são articulados de maneira mais geral ao que Habermas chamou de “mundo da vida”. Este último compreende todas as identidades, interesses, valores e convenções que não estão diretamente ancorados na lógica de qualquer sistema em particular e fornecem o substrato e o pano de fundo para a interação social na vida cotidiana.

Além disso, à medida que esses mecanismos extraeconômicos também reproduzem as contradições e dilemas inerentes aos mecanismos econômicos da relação de capital, eles expandem ainda mais o escopo da agência, estratégias e táticas para moldar o curso da acumulação e a maneira pela qual essas contradições e dilemas são expressos. É por isso que as estratégias de acumulação mais bem-sucedidas são frequentemente conectadas a projetos

hegemônicos que vinculam o sucesso econômico ao interesse popular nacional (ou equivalente) que visa mobilizar um eleitorado social mais amplo por trás da estratégia de crescimento. Por sua vez, isso estende a influência da acumulação, por meio de seus modos de regulação, ao caráter geral das formações sociais.

Assim, no geral, não existe uma “lógica do capital” única e inequívoca, mas várias lógicas com semelhança familiar. Dada a natureza aberta da dinâmica geral do capitalismo, cada regime de acumulação e/ou modo de regulamentação confere suas próprias estrutura e dinâmica distintas ao circuito do capital – incluindo formas distintas de crise e colapso. Isso, por sua vez, exige que qualquer análise da natureza improvável da acumulação de capital leve a agência a sério. Assim, é essencial combinar a análise semiótica crítica com a crítica da economia política.

Por outro lado, embora a EPC enfatize que todos os fenômenos sociais, incluindo o econômico, são discursivamente constituídos e nunca alcançam um fechamento autorreprodutivo, isolado de outros fenômenos sociais; ela também insiste na natureza contraditória, dilemática e antagônica da relação capital. Isso torna a economia cultural inadequada. Negligenciar essas características das relações sociais seria subordinar o econômico à rubrica geral do sociocultural e, assim, perder de vista a materialidade distintiva e a lógica geral da relação de capital. A economia não deve ser dissolvida de volta à sociedade (ou cultura) como um todo. Essa é a tendência no pós-marxismo de Laclau e Mouffe, que ilustra as tentações de um Charybdis construtivista. A economia tem especificidades próprias que derivam das propriedades extra-discursivas distintas de suas várias formas – ver Slater (2002), sobre o papel fundamental das formas de mercadoria e propriedade na diferenciação da economia de outras relações sociais. Assim, uma governança econômica bem-sucedida depende da copresença de formas extraeconômicas e econômicas e de regularização extraeconômica e econômica.

Observações finais

Laclau e Mouffe desenvolveram uma autoproclamada abordagem “pós-marxista” de práticas sociais e coesão social em termos inspirados na linguística e na teoria do discurso. Embora muitas de suas ideias sejam extraídas dessas duas disciplinas, elas estenderam os conceitos de discurso e práticas discursivas além da linguagem, como tal, a todas as maneiras pelas quais as relações sociais são dotadas de significado e articuladas entre si. Nesse sentido,

todas as relações sociais podem ser consideradas como discursos. Eles justificam essa “exorbitação” da linguagem em três bases principais: primeiro, que a linguística mostra como as diferenças são essenciais para entender as entidades e seus limites; segundo, que não há diferença essencial entre os sistemas de posições diferenciais encontradas na fala e as ações extra-linguísticas ou extra-discursivas às quais estão ligadas; e terceiro, em virtude dessa indiferença, os objetos linguísticos perdem sua especificidade e a análise linguística pode legitimamente ser estendida a todo o campo do discurso como um conjunto de lógicas relacionais que abrangem mais que a linguagem (Laclau, 1988: 25, 27). Em termos de sua lógica de descoberta, Laclau e Mouffe confiam no uso um tanto metafórico da linguística para explorar o campo do discurso. Isso é justificado, como observamos acima, apelando para a aplicabilidade mais geral da lógica da articulação diferencial teorizada em linguística. Mas, em vez de seguir a lógica geral, Laclau e Mouffe ainda recorrem quase exclusivamente a conceitos linguísticos, e não a outras abordagens de articulação. Laclau e Mouffe enfatizam que o discurso não é simplesmente o “texto”, não apenas a “linguagem” e a “liberdade condicional”, não apenas os elementos ideológicos: é “o conjunto de fenômenos nos quais a produção social de significado ocorre” (Laclau, 1980a: 87).

313

Nesse contexto, é lamentável que a abordagem teórico-discursiva de Laclau e Mouffe deslize com muita facilidade de uma concepção geral do discurso como produção de significado social para um foco particular no discurso ideológico, com exclusão de aspectos econômicos, jurídicos, militares, administrativos e outros discursos para depois enfatizar o “discurso dos discursos” envolvido na produção da hegemonia. Afinal, esse desvio os força a voltar ao “texto” e parece reduzir a hegemonia a um efeito de vários mecanismos interpelativos considerados isoladamente de suas condições de produção ou recepção.

Referências

- ANDERSEN, Niels. Å. (2003), *Discourse analytical strategies*: Foucault, Koselleck, Laclau, Luhmann. Bristol, Policy Press.
- BUNGE, Mario (1961), *Causality*. Cleveland, OH, Meridian.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman (1999), *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh, Edinburgh University Press.
- DERRIDA, Jacques (1988), *Limited inc.* Evanston Il, North Western University Press.
- FAIRCLOUGH, Norman (1989), *Language and power*. Harlow, Longman.

- _____ (2000), *New labour, new language*. London, Routledge.
- _____ (2006), *Language and globalization*. London, Routledge.
- FOUCAULT, Michel (1980), *Power/knowledge: selected writings and other interviews 1972–1977*. Trans. C. Gordon, L. Marshall, J. Mepham and K. Soper, Brighton, Wheatsheaf.
- _____ (2008), *Security, territory, population, lectures at the Collège de France, 1977–1978*. Basingstoke, Palgrave.
- GERAS, Norman (1987), “Post-Marxism?”. *New Left Review*, 163, pp.400-82.
- GLYNOS, Jason; HOWARTH, David J. (2007), *Logics of critical explanation in social and political theory*. London, Routledge.
- GRAMSCI, Antonio (1971), *Selections from the prison notebooks*. London, Lawrence & Wishart.
- HUSSERL, Edmund (1954 [1936]). *The crisis of the european sciences and transcendental phenomenology*. Evanston IL, Northwestern University Press.
- JESSOP, Bob (1982), *The capitalist state: marxist theory and methods*. Oxford, Martin Robertson.
- LACLAU, Ernesto (1977), *Politics and ideology in marxist theory. Capitalism - fascism – populism*. London, NLB.
- _____ (1980a), “Discourse and populist rupture”. *Screen Education*, 34 (Spring), pp. 87-93.
- _____ (1980b), “Togliatti and politics”. *Politics and Power*, n. 2. London, Routledge and Kegan Paul, pp. 251-58.
- _____ (1987), “Psycho-analysis and marxism”. *Critical Inquiry*, 13, pp. 330-333.
- _____ (1988), “Building a new left: an interview with Ernesto Laclau”. *Strategies*, 1 (Fall), pp. 10-28.
- _____ (1990), *New reflections on the revolution of our times*. London, Verso.
- _____ (2005), *On populist reason*. London, Verso.
- _____ (2006), “Why constructing a people is the main task of radical politics”. *Critical Inquiry*, 32 (4), pp. 646-80.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (1981), “Socialist strategy – where next?”. *Marxism Today*, 18 January, pp. 17-22.
- _____ (1985), *Hegemony and socialist strategy*. London, Verso.
- LUHMANN, Niklas (1995), *Social systems*. Stanford, CA, Stanford University Press.
- MILLER, Jacques-Alain (1966), “Suture: éléments de la logique du signifiant”. *Cahiers pour l'analyse* 1, pp. 37-49.

- MOUFFE, Chantal (1979), "Hegemony and ideology in Gramsci", in C., Mouffe (Ed.), *Gramsci and Marxist Theory*. London, Routledge & Kegan Paul, pp.168-204.
- MOUZELIS, Fred (1988), "Ideology and class politics: a critique of Ernesto Laclau". *New Left Review*, 112, pp. 45-61.
- NORRIS, Andrew (2006), "Ernesto Laclau and the logic of 'the political'". *Philosophy & Social Criticism*, 32 (1), pp. 111-34.
- POULANTZAS, Nicos (1975), *Classes in contemporary capitalism*. London, New Left Books.
- ROSENTHAL, John (1988), "Who practices hegemony? Class division and the subject of politics". *Cultural Critique*, 9 (Spring), pp. 25-52.
- SLATER, Don. (2002), "Markets, materiality and the 'new economy'", in S. Metcalfe; A. Warde (Eds.), *Market relations and the competitive process*. Manchester, Manchester University Press, pp. 95-114.
- SUM, Ngai-Ling; JESSOP, Bob (2013), *Towards a cultural political economy: putting culture in its place in political economy*. Cheltenham, Edward Elgar.
- TORFING, Jacob (1999), *New theories of discourse. Laclau, Mouffe and Žižek*. Oxford, Blackwell.
- WEBER, Max (1949), *The methodology of the social sciences*. Glencoe, IL, Free Press.
- ŽIŽEK, Slavoj (1990), "Beyond discourse-analysis". Appendix in E. Laclau, *New reflections on the revolution of our time*. London, Verso, pp. 249-260.

Abstract

Ernesto Laclau and Chantal Mouffe exaggerate the textual aspects of social practice in their post-Marxist reflections. They developed an account of social practices and social cohesion in terms inspired by linguistics and discourse theory. Their work saw a growing rejection of economism and class reductionism and growing emphasis on the contested, contingent discursive construction of society. Contingency is the precondition of hegemony – the ground in which struggles for hegemony and the construction of populism occur. In this regard, they replace the Marxist notion of the causal primacy of the economy with a “primacy of the political”. This leads to a discursive anti-foundationalism in which it is impossible to construct a unified society because all meanings and identities are contested, and its institutional foundations are potentially re-activated. The article concludes by comparing this exorbitation of language with a more limited cultural political economy approach that offers a “third way” between structuralism and idealism. It explores the conditions that shape the variation, selection and retention of sense- and meaning-making as well structuration. This approach seeks to explain why some discursive articulations get selected and become sedimented to be contested later and why some properties of institutions have enduring effects at different scales of action.

Keywords: Ernesto Laclau; Critical Discourse Analysis; The Exorbitation of Language; Hegemony; Cultural Political Economy.

Resumen

Ernesto Laclau y Chantal Mouffe exageran los aspectos textuales de las prácticas sociales en sus reflexiones postmarxistas. Ellos desarrollaron una conexión entre prácticas sociales y cohesión social inspirados en algunos términos provenientes de la lingüística y de la teoría del discurso. Su trabajo muestra un rechazo creciente al reduccionismo economicista y de clase, poniendo énfasis en la construcción discursiva contingente y contestataria de la sociedad. La contingencia es la precondition de la hegemonía, es decir, la base en la acontecen las luchas por la hegemonía y la construcción del populismo. En ese sentido, ellos reemplazan la noción marxista de la primacía causal de la economía por la “primacía de lo político”. Esto lleva a un anti-fundamentalismo discursivo según el cual es imposible construir una sociedad unificada porque todos los significados y las identidades son contestados y sus fundaciones institucionales son potencialmente reactivadas. Este artículo concluye comparando esa exorbitancia del lenguaje con una más limitada aproximación de la economía política cultural que ofrece una “tercera vía” entre estructuralismo e idealismo. Este enfoque explora las condiciones que modelan la variación, selección y retención de producción y estructuración de sentidos y significados. Con esto se busca explicar por qué algunas articulaciones discursivas son escogidas y acaban sedimentadas para posteriormente ser contestadas, así como por qué algunas propiedades de las instituciones tienen efectos duraderos en diferentes escalas de acción.

Palabras clave: Ernesto Laclau; Análisis Crítico del Discurso; La Exorbitancia del Lenguaje; Hegemonía. Economía Política Cultural.
